

Direito

6ª Onda de Acesso à Justiça, Vulnerabilidade e Direitos Sociais: O procedimento de indeferimento de benefícios previdenciários pelo robô do INSS está criando uma nova forma de discriminação?

Pedro Henrique de Oliveira - 6º módulo de Direito, UFLA, iniciação científica voluntária (PIVIC/UFLA)

Rainer Bomfim - Orientador DIR, UFLA. - Orientador(a) - Orientador(a)

Resumo

O presente trabalho consiste em uma análise dos dados contidos no Relatório de Avaliação do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) de outubro de 2023 feito pela Controladoria-Geral da União (CGU), que avaliou a forma como sistema automatizado do INSS apurou uma série de benefícios de maneira independente. A automatização do INSS corresponde a uma iniciativa que objetiva concretizar os ideais da sexta onda de acesso à justiça, elaborada por Bryan Garth (2019). Referida onda busca ampliar a “justiça digital” no sistema judiciário, facilitando o acesso dos cidadãos aos serviços ofertados pelo Estado bem como garantindo uma maior celeridade processual. No entanto, a implementação de tais serviços sem a devida qualificação de seus usuários e sem considerar as divergências socioeconômicas do Brasil podem agravar o já estado insalubre de acesso à justiça no país. O Objetivo desta pesquisa, portando, pauta-se na averiguação de que o sistema automatizado utilizado pelo INSS está realmente cumprindo com os interesses da sexta onda, ou está se materializando como um novo empecilho do acesso à Justiça no Brasil. Para tanto, foi realizado uma análise aprofundada no Relatório de Avaliação feita pela CGU, com ênfase na forma operacional do robô do INSS, bem como o estudo de quais benefícios são por eles analisados e seu grau de indeferimento no período de 2021 à 2022. Tem-se que o robô do INSS promoveu o aumento de indeferimento de diversos benefícios, com ênfase naqueles que protegem pessoas em situação de extrema vulnerabilidade, como o Salário Maternidade e o Benefício de Prestação Continuada. Além disso, referidos indeferimentos culminaram no aumento de recursos interpostos frente ao INSS a fim de reverter a decisão tomada pelo robô. Conclui-se que o sistema automatizado do INSS na forma em que opera tem dificultado o acesso à justiça digital pelos cidadãos brasileiros, descumprindo com seus reais objetivos

Palavras-Chave: Acesso à justiça, Automatização, Requerimentos.

Instituição de Fomento: Universidade Federal de Lavras

Link do pitch: <https://youtu.be/rmQL5I0PAZI?si=kG5oOG4vhyACQddd>